



**Poder Judiciário
é divorciado da
Sociedade**

**TJSE tenta impedir
o Mamatômetro**

**Redemocratização no
Brasil e o surgimento do
Novo Sindicalismo**



Poder Judiciário é divorciado da sociedade

“No Poder Judiciário, as pessoas são eternas, ninguém pode mexer neles porque, além de tudo, eles se protegem entre eles. Os juízes decidem sobre a vida, a liberdade e o patrimônio de todos nós”. A responsável por essa declaração é a Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, que disse ainda existir “um divórcio entre a Justiça e a sociedade argentina”.

As declarações da chefe do Executivo do nosso vizinho “hermano” não são uma ação isolada, exclusiva da Argentina, mas compõem um movimento necessário em curso nos países latino-americanos, inclusive no Brasil: o processo de debate público sobre a democratização e transparência do Poder Judiciário, para que este, enquanto um poder constituído, corresponda aos anseios sociais.

Em terras tupiniquins, como nunca visto em nossa história, é a sociedade organizada que tem criticado publicamente, e com vigor, ações e práti-

cas de membro do Poder Judiciário. Ainda que de forma tímida, a imprensa também tem cumprido o seu papel ao denunciar inúmeros desvios de condutas e irregularidades na atividade administrativa desempenhada por juízes e ao tornar público o recebimento de altos salários – acima do teto salarial do funcionalismo público – por magistrados de todo o país.

Importante destacar ainda a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como uma importante voz crítica que, vez ou outra, provoca rebulição dentro do Poder Judiciário nacional. Tanto que, durante todo o ano de 2012, o órgão foi alvo de constantes ataques e tentativas de deslegitimação por setores conservadores da própria magistratura brasileira.

Sem dúvida, um momento histórico em que a sociedade questiona o único poder que a Constituição Federal de 1988 deixou isolado de qualquer controle social e participação popular. A escolha dos desembargadores, ministros e gestores das cúpulas dos tribunais a partir de arranjos e indicações políticas, sem passar pelo

crivo da população, contribuiu e contribui de forma significativa para que, ainda hoje, o Judiciário seja o poder menos transparente da República.

Um poder que é também avesso a investigações de toda ordem no seu interior, principalmente quando promovidas por outros atores sociais e órgãos que não sejam oriundos da sua própria estrutura. Fator que, sem dúvida, impediu historicamente que os inúmeros casos de corrupção e favorecimento fossem conhecidos pelo grande público, passando-se uma falsa imagem de austeridade e idoneidade moral.

Um poder que, em grande medida, está a serviço dos interesses das elites econômicas e políticas do país, afinal os seus integrantes também são membros, parte importante destas elites. Esse caráter se expressa, por exemplo, nos momentos de greve de trabalhadores. Basta uma categoria anunciar o movimento grevista que o Judiciário, como suposto árbitro “neutro” e “justo”, é acionado para decretar a ilegalidade da greve; cortar o ponto dos trabalhadores; deslegitimar as entidades sindicais, aplicando-as multas impagáveis e processando suas lideranças; evitar manifestações

nos locais de trabalho; e legitimar demissões e exonerações de dirigentes sindicais.

A sociedade brasileira está em plena ebulição, num período histórico de reivindicação por democratização das suas instituições, inclusive da Justiça. Por isso, os membros do Poder Judiciário devem reconhecer que não são semideuses, que são servidores públicos, que fazem parte desta sociedade, que devem acompanhar o termômetro social e, desta forma, se desvincular, de uma vez por todas, do seu caráter elitista e autoritário, impulsinando um processo amplo de reforma e democratização interna e externa.

Caso contrário, o Poder Judiciário continuará sendo um espaço privilegiado de setores conservadores da magistratura, que entendem que os problemas da Justiça dizem respeito somente a eles próprios e não reconhecem na sociedade um ente legítimo e capaz de participar das transformações que lhe são necessárias.

Por Paulo Victor Melo, jornalista, mestrando em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal de Sergipe e colunista do Portal Info-net

TOP 10
do
TJSE
JANEIRO

Ranking dos maiores salários do TJSE

| | | | |
|--------------------|----------------|--------------------|---------------|
| 1º MAGISTRADO | R\$ 111.993,59 | 6º DESEMBARGADOR | R\$ 43.188,17 |
| 2º JUIZ DE DIREITO | R\$ 69.959,32 | 7º DESEMBARGADOR | R\$ 43.110,19 |
| 3º JUIZ DE DIREITO | R\$ 68.425,42 | 8º JUIZ DE DIREITO | R\$ 42.249,73 |
| 4º JUIZ DE DIREITO | R\$ 46.265,74 | 9º DESEMBARGADOR | R\$ 40.984,42 |
| 5º DESEMBARGADOR | R\$ 43.517,58 | 10º DESEMBARGADOR | R\$ 40.921,92 |

*fonte: Portal da Transparência

Sindijus solicita a retomada do diálogo à nova gestão do TJSE

Os servidores do Poder Judiciário de Sergipe vêm amargando, ao longo de mais de sete meses, um processo de negociação materializado por muita intransigência por parte da gestão anterior do TJSE.

Diversas vezes relatado pelos meios de comunicação que vem sendo utilizados nesta Campanha Salarial, o SINDIJUS demonstrou toda a sua insatisfação no que diz respeito ao posicionamento da ex-Presidência do TJSE em relação à quebra da negociação, a imposição de um reajuste salarial que não atende os anseios da categoria, além de recusar adotar as medidas administrativas propostas pelo sindicato, que pavimentariam o caminho para valorizar todos os servidores e acabariam com os marajás.

Em processo de mudança de gestão, no dia 6 de fevereiro de 2013, o TJSE passa a ser conduzido pelos desembargadores Claudio

Déda, Edson Ulisses e Suzana Carvalho.

O sindicato, antes mesmo do novo presidente do tribunal assumir o cargo, enviou um ofício no intuito de mostrar, de forma clara e objetiva, a intenção da retomada de diálogo, entre os servidores e o tribunal.

“Antes mesmo do Desembargador Cláudio Deda assumir a Presidência do TJSE, enviamos um ofício para que ele pudesse tomar conhecimento de todas as reivindicações da pauta da Campanha Salarial que ainda está em andamento, por conta de não termos conseguido discutir com o seu antecessor, mostrando claramente que, se depender dos servidores, o diálogo será o caminho para que possamos avançar em encaminhamentos concretos”, afirma Gilvan Tavares, diretor de Formação Sindical do SINDIJUS.

Justificando a defesa de um diálogo

permanente – posição esta defendida inclusive pelo atual Presidente do TJSE no Pleno do dia 22/11 – logo após a posse da nova gestão do TJSE, o SINDIJUS solicitou a marcação da primeira reunião, entre os representantes dos trabalhadores e do tribunal, para que se possa efetivar um processo de negociação das pautas pendentes e de outras questões que venham a ser pautadas pela categoria.

“Compreendemos que este é o momento do tribunal retomar o caminho da negociação. Esperamos que a nova gestão do TJ entenda aquilo que a gestão anterior ignorou, que o diálogo sério e consequente é o caminho inverso às tensões e, desse modo, possamos fazer o Judiciário que é o primeiro lugar em eficiência no país ser, também, o mais justo e o mais democrático para todos que trabalham nele”, defende Plínio Pugliesi, diretor do SINDIJUS.

Mais um capítulo de repressão comprovado: TJSE tenta impedir o Mamatômetro

No 2º Mamatômetro, realizado pelos servidores do TJSE, neste mês de fevereiro, mais uma vez a organização dos servidores sofreu tentativa de boicote à realização do ato público que tinha o objetivo de comemorar a despedida da gestão do Des. Osório Ramos e expor as indignações acumuladas pelos servidores aos desembargadores que tomavam posse e à população.

A primeira ação repressora iniciou-se quando a EMSURB emitiu notificação determinando a retirada do painel de LED, instalado para que os dados pudessem ser expostos com mais clareza, apesar do SINDIJUS haver comunicado oficialmente a realização do evento, como prevê a Constituição Federal. Fogos de artifício, também foram apreendidos pela Polícia Militar, com a justificativa de se tratar de ação “inconveniente”.

Logo após, representantes do Poder Judiciário apresentaram documento da EMSURB que negava a autorização para realização do evento, comunicação esta que poderia ser entregue com antecedência ao sindicato. Mas por que isso não aconteceu? A respos-

ta, a categoria só obteve dias depois, quando em entrevista a um jornal local, o atual presidente do TJSE, Des. Cláudio Deda, afirmou que a decisão de barrar o ato público partiu do próprio Poder Judiciário. Segundo o presidente, a decisão visou manter a “ordem pública”.



Apesar da proibição da instalação dos equipamentos, telão e som, os servidores do Judiciário, resistiram à coerção e realizaram o ato, em frente ao Palácio da Justiça, com os dados impressos em lonas.

Com o inesperado renascimento do Mamatômetro, que o TJSE pensava

ter destruído, os servidores efetivos do TJ deram o seu recado firme, respondendo àquilo que o ex-presidente do TJSE, até aquela data, não conseguira responder: os motivos que o levaram a desprezar a pauta dos servidores, a valorizar ainda mais os altos cargos em comissão e a ficar ao lado dos marajás.

Para a direção do SINDIJUS, a segunda edição do Mamatômetro do TJSE foi positiva, na medida em que demonstrou a perseverança dos servidores, que não se calaram perante as novas tentativas de repressão. “Mais uma vez o Poder Judiciário, de forma clara, reprime a manifestação dos seus servidores, em praça pública, através de intimidações e utilizando as estruturas do Estado para calar a voz dos trabalhadores, mas, como todo processo de resistência que faz a história da classe trabalhadora, os servidores do TJSE, com muita garra e criatividade deram o recado, manifestando a indignação com a situação vivida dentro dessa ‘justiça’”, afirma Plínio Pugliesi, diretor do sindicato.

QUEM NÃO SE FORMA, SE DEFORMA

Uma breve história da luta dos trabalhadores...

O sindicalismo no processo da redemocratização do país e o surgimento do Novo Sindicalismo (1979 – 1982)

Após um longo processo e ressurgimento do movimento sindical, através das grandes greves organizadas no chão das fábricas, as entidades sindicais, ainda clandestinas, começam a trilhar outros caminhos além das questões economicistas e corporativas, operando, junto com outros segmentos da sociedade, como forte ator na redemocratização do país.

A relação com movimentos sociais, populares e principalmente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), começaram a trazer demandas da sociedade, influenciando diretamente em um novo olhar para o universo sindical, que aos poucos, através das categorias de funcionários públicos, professores, petroleiros e metalúrgicos, colocaram na ordem do dia questões sociais, pela garantia de direitos e pela participação política.

A partir dessa efervescência política, com diversos segmentos apontando pautas com autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, se construiu um novo cenário para a esquerda brasileira, a necessidade de unir forças para se fortalecer as lutas.

Uma das maneiras encontradas pelos movimentos de esquerda para enfrentar a ditadura militar a partir dos locais de trabalho foi à organização de Oposições Sindicais, que de modo geral foram compostas por organizações políticas, as de matriz marxista, como o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Ala Vermelha do PC do B (ALA), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Política Operária (PO) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) e as de matriz católica como a Ação Católica Operária e a Juventude Operária Católica.

A construção desse novo cenário leva a organização de novas práticas e rupturas com o antigo modelo de política sindical, baseado no atrelamento ao Estado e benfeitorias assistencialistas, surge então o "Novo Sindicalismo".

O Novo Sindicalismo nasce defendendo a autonomia sindical e se referenciando pela melhoria salarial, das condições de trabalho, pela superação do capitalismo e na defesa democratização das estruturas sindicais, pauta que interagiu com o momento político em que vivia o Brasil.

Concomitantemente, acontecimentos importantes marcam essa fase, em outubro de 1978 é revogado através da Emenda Constitucional nº 11 o Ato Institucional número 5; no mesmo ano se inicia a campanha pela Anistia, ampla, geral e irrestrita, conduzida por amplos setores da sociedade civil organizada e, finalmente, depois de dezenas de greves de fome feitas por presos políticos, de passeatas e protestos em todo o país a Anistia é conquistada e com apoio de muitos sindicatos fortes e em luta em 1979.

O ano de 1979 é decisivo para a consolidação do novo sindicalismo e de um novo projeto de sociedade no Brasil. Nesta época foi inaugurada a retomada das grandes greves de massa na história do sindicalismo brasileiro, cujo epicentro foram as greves dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema de 78, 79 e 80. A ressonância desses acontecimentos marcou a história política do país e imprimiu um novo curso no processo de abertura política levada adiante pelos militares.

Após a grande onda de greves que atingiu inúmeras categori-



as em todas as regiões do país no ano de 1979, o governo militar tomou medidas para amortecer o ímpeto mobilizador e reivindicatório dos trabalhadores. Decretou uma nova política salarial que estabelecia o reajuste semestral dos salários e a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), fixado pelo governo, com reajustes maiores para as camadas salariais menores.

Contudo, a mobilização das fábricas já se fazia intensa, e em 1980 o Brasil vivencia uma das maiores greves já vista em sua história, mais de 100 mil trabalhadores cruzam os braços no ABC paulista e permanecem assim em 41 dias de paralização, rejeitando, firmemente todas as propostas apresentadas pelo patronato, a partir dessa intensa mobilização, líderes políticos foram presos, inclusive o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Inácio Lula da Silva.

Neste mesmo ano, mais precisamente no dia 1º de Maio, trabalhadores fazem passeata contra a repressão da ditadura, cercados de um efetivo de mais de 8 mil policiais, uma data que marcou o fortalecimento do movimento sindical no Brasil.

Em meio a diversas posições políticas dentro do universo sindical, ficou nítido para aque-

les que construíam um sindicalismo combativo, rompendo com a velha ordem, a necessidade de organizar um espaço que pudesse congrega as forças em torno de um organismo que representasse os trabalhadores com um todo.

Entre 21 e 23 de agosto de 1981, na Praia Grande, litoral de São Paulo, a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), reunindo 5.427 trabalhadores do campo e da cidade, representando todas as frações do movimento sindical brasileiro. Desde o golpe de 64, era a primeira vez que isso acontecia, fato que causou grande impacto no cenário político nacional.

Ao final da conferência, foi eleita a Comissão Nacional Pró-CUT, formada por 56 sindicalistas urbanos e rurais de todas as tendências, com objetivo de preservar a unificação do movimento sindical e preparar a criação da Central Única dos Trabalhadores, prevista para agosto de 1982, o que não ocorreu por conta de divergências. Somente em Agosto de 1983, EM Plenária dos Delegados Eleitos da 1ª CONCLAT é aprovada a criação da Central única dos Trabalhadores.